

política



Repórter Brasília Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

O risco de legislar o emprego

REILA MARIA/CÂMARA DOS DEPUTADOS/DIVULGAÇÃO/JC



O Brasil volta a discutir mudanças na jornada de trabalho, especialmente no modelo 6x1. É um tema legítimo e necessário. Todos querem mais qualidade de vida e equilíbrio entre trabalho e bem-estar. Mas, justamente por sua relevância, não pode ser tratado com slogans ou decisões apressadas. “É um assunto sério e precisa de responsabilidade”, afirmou o ex-deputado federal Jerônimo Goergen (foto), presidente do Instituto Liberdade Econômica (ILE).

Setores que não param

Na avaliação de Goergen, “a jornada 6x1 não existe por acaso. Ela organiza setores que operam de forma contínua, como comércio, logística, alimentação, transporte, serviços e indústrias em turnos. O País funciona aos fins de semana e feriados, e mudanças generalizadas sem considerar as realidades produtivas podem gerar insegurança e aumento de custos, justamente onde o emprego é mais sensível”, diz.

Liberdade econômica em foco

Para o ex-relator da Lei da Liberdade Econômica, “a discussão atinge diretamente a liberdade econômica; não é discurso, é garantir que empresas possam funcionar, produzir, empregar e investir com previsibilidade. Quando o Estado impõe novas obrigações sem avaliar impacto, reduz competitividade, encarece o emprego formal, e enfraquece o ambiente de negócios”, argumenta em artigo enviado à coluna Repórter Brasília.

Experiência legislativa

Goergen lembra que, como relator da Lei da Liberdade Econômica, “aprendeu que boas intenções não bastam: regras criadas sem medir consequências tendem a gerar mais burocracia, custos e menos oportunidades. Quando o emprego formal fica caro demais, a economia empurra milhões para a informalidade”, observa.

Números do impacto

O ex-deputado defende que o debate seja técnico e baseado em dados. Segundo o IBGE, a média efetiva de trabalho no País já é de 39,3 horas semanais, abaixo do teto legal de 44 horas. Estimativas citadas pela CNI indicam que reduzir a jornada para 36 horas pode elevar custos da indústria em R\$ 178,8 bilhões, alta de 25,1%. Mesmo a redução para 40 horas pode gerar impacto anual entre R\$ 58,3 bilhões e R\$ 87,5 bilhões.

Pequenas empresas sob pressão

Na avaliação de Goergen, “os efeitos não atingiriam apenas grandes corporações. Pequenas e médias empresas, responsáveis por cerca de 52% dos empregos formais, seriam as mais pressionadas. Muitas poderiam ter dificuldade para absorver custos adicionais sem reduzir vagas, cortar turnos ou adiar contratações”.

Espírito da liberdade econômica

A Lei da Liberdade Econômica, segundo ele, foi criada para evitar regras impostas sem diálogo que travem a atividade produtiva. Uma mudança rígida na jornada, sem compensações ou desoneração da folha, aumentaria custos e reduziria competitividade, contrariando o objetivo de estimular a geração de empregos.

TCE vai ajudar em

Entrevista Especial

Marcus Meneghetti
marcusv@jcrs.com.br

Pela segunda vez, o conselheiro Iradir Pietroski assume a presidência do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul. Sua principal meta no mandato que dura entre 2026 e 2027 é conscientizar os municípios com Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) a reformarem os sistemas com desequilíbrios atuariais.

Na prática, Pietroski quer promover atividades educativas sobre a necessidade de promover reformas municipais da Previdência. Em muitos casos, isso implica aumentar o percentual com que os servidores contribuem para o regime previdenciário local.

“No Rio Grande do Sul, cerca de 60% dos municípios possuem um regime próprio de previdência. No Brasil, os RPPSs não chegam a 20% dos municípios brasileiros. Aqui no Estado, são 331 RPPS nos 497 municípios gaúchos”, citou o presidente do TCE, dando uma ideia do tamanho do problema.

Contudo, ele pondera que, após as reformas da Previdência nacional e estadual em 2019, mais de 120 câmaras municipais aprovaram mudanças na regra da RPPS. Portanto, haveria ainda cerca de 130 cidades com a necessidade de reforma previdenciária.

Nesta entrevista ao **Jornal do Comércio**, Iradir Pietroski também lembrou sua primeira passagem pela presidência do órgão fiscalizador em 2018 e 2019. Ele explicou ainda por que os municípios cumprem mais que o Estado os investimentos mínimos constitucionais na saúde e na educação.

Jornal do Comércio - Qual é a marca que o senhor quer deixar nesta gestão na presidência do TCE?

Iradir Pietroski - Eu tive a oportunidade de ser presidente do Tribunal em 2018 e 2019. Mas eu diria que era outra época. Naquela ocasião, a gente passou a investir em tecnologia, em robôs. Além disso, fizemos um trabalho muito forte na “responsabilidade subjetiva”. Na minha primeira

gestão na presidência do Tribunal de Contas, deixei tudo encaaminhado para trabalharmos com a responsabilidade subjetiva. Depois, o conselheiro Estilac Xavier assumiu a presidência e, como era meu vice, deu sequência à implementação da “responsabilidade subjetiva”.

JC - O que é a “responsabilidade subjetiva”?

Pietroski - A responsabilidade subjetiva é uma mudança de paradigma dentro do Tribunal de Contas. Por exemplo, antes, o Poder Executivo era responsável por tudo o que acontecia na gestão pública. O prefeito e o secretário de Estado eram os ordenadores de despesas. Eles eram responsáveis por isso. Só que o prefeito não tem como ver tudo o que acontece na prefeitura. Então, o responsável também pode ser o ordenador de despesas dentro da secretaria, como, por exemplo, a pessoa que ordena uma compra. Então, esse servidor também tem responsabilidade.

JC - Essa mudança de perspectiva permite que o quadro técnico também seja responsabilizado por eventuais equívocos na administração pública...

Pietroski - Exatamente. (A responsabilidade subjetiva) Inclui o quadro concursado (entre os responsáveis pelas contas públicas).

JC - Além disso, o senhor mencionou investimentos em robôs durante a sua primeira gestão à frente do TCE...

Pietroski - Fizemos um grande investimento em tecnologia também, naquela época. Isso permitiu a agilização de alguns procedimentos. Se hoje sai uma licitação no município de Erechim e, na mesma hora, sai uma

licitação em Livramento, hoje os robôs vão avaliar as duas simultaneamente. Eles conseguem ver se os preços são mais ou menos os mesmos, se tem alguma coisa errada, se precisa comunicar alguma informação ou mesmo se precisa mudar o edital.

JC - A sua gestão anterior à frente do TCE foi de modernização e automatização de alguns processos. Na gestão atual, qual será o objetivo?

Pietroski - Hoje estamos vivendo uma outra realidade. Agora, pretendemos fazer um trabalho muito forte de conscientização sobre os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPSs).

JC - O senhor quer atuar no regime previdenciário dos municípios...

Pietroski - Nos municípios...

JC - Qual é o problema com os RPPS administrado pelas prefeituras gaúchas?

Pietroski - No Rio Grande do Sul, cerca de 60% dos municípios possuem um regime próprio de previdência. No Brasil, os RPPSs não chegam a 20% dos municípios brasileiros. Aqui no Estado, são 331 RPPS nos 497 municípios gaúchos. E o que são os Regimes Próprios de Previdência Social? É quando o servidor faz a contribuição para a sua aposentadoria em um fundo municipal, em vez de contribuir para o INSS (Instituto Nacional de Segurancas Social). Quando criaram os primeiros fundos no Rio Grande do Sul, o funcionário contribuía com 8,5% (dos vencimentos), mas, ao longo do tempo, esse percentual baixou para 2%. Então, era uma vantagem (para os servidores). Só que, no início, não tinha ninguém para se aposentar. Agora, a situação está invertendo (há



“Pretendemos conscientizar os prefeitos e vereadores, fazer palestras no interior, fortalecer a escola do TCE”